



SARDOAL
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 5/2020

SESSÃO ORDINÁRIA

29 DE DEZEMBRO DE 2020

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: José Fernando Amaro Esteves

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, através de sistema de videoconferência, a Assembleia Municipal de Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

1. **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
2. **Homologação do Tribunal de Contas à Prestação de Contas de 2016;**
3. **Proposta de Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo;**
4. **Tarifário para 2021 – Tejo Ambiente;**
5. **Orçamento e Plano de atividades para 2021 – Tejo Ambiente;**
6. **Revisão Orçamental;**
7. **Informação sobre a situação económica e financeira semestral – 2020;**
8. **Proposta - Grandes Opções do Plano 2021-2025 e de Orçamento 2021;**
9. **IMI – taxas a aplicar para o ano de 2020, a liquidar em 2021;**
10. **Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2021;**
11. **IRS – Participação Variável – 2021;**
12. **Derrama – a liquidar em 2021, referente a 2020;**
13. **Adjudicação de empréstimo a curto prazo;**
14. **Adjudicação de empréstimo a Médio Longo prazo;**
15. **Acordos de Execução com Juntas Freguesia;**
16. **Apoios no âmbito do Covid-19;**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Marta Tavares Gomes, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Rui Manuel Lourenço Valente, Anacleto da Silva Batista, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Vítor Júlio Outeiro Morais, Francisco da Silva António, Luis António Rodrigues Salgueiro, José de Jesus Salgueiro, Miguel Afonso Catalão Alves, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina. -----

Não estiveram presentes os Senhores deputados Cesar Marques e Manuela Ferreira, que justificaram antecipadamente a sua falta. -----

Não esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, por motivos de doença, tendo sido substituído pelo Senhor Vice-Presidente. -----

Posta a aprovação ata da sessão extraordinária de 7 de agosto, a mesma foi aprovada com 16 votos favoráveis. -----

Posta a aprovação da ata da sessão ordinária do dia 23 de setembro, a mesma foi aprovada com 16 votos favoráveis. -----

Período Antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos que referiu "*Espero que estejam bem, boa noite a todos, boas festas e um cumprimento muito especial neste ano que termina, desejando um bom ano a todos desde já.*

Eu gostaria de apenas de colocar uma questão, não sei se é exatamente no período antes da ordem do dia, mas tem a ver com a questão da iniciativa do comércio local, que eu creio que devemos felicitar o Executivo Camarário por essa iniciativa e perguntar, em que ponto é que estão as coisas, sendo a primeira vez, se foi uma iniciativa bem sucedida, por outro lado, também gostaria de referir a questão do orçamento participativo, do qual tive conhecimento, que há alguns projetos, creio que são seis e, que nos dessem mais alguma informação, sobre esta questão que me parece muito importante e localmente muito valiosa." -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara referindo "*Em primeiro lugar queria desejar umas boas festas e dizer que não queria perder esta oportunidade de relembrar que o tempo que estamos a viver, ajudou-nos a perceber, de facto, o que é importante na vida e só queria sublinhar, boas festas para todos, para vocês e para as vossas famílias e para todos os sardoalenses.*

Tenho algumas questões, a primeira, pedir desculpa por estar no gabinete do Senhor Presidente, porque o meu computador teve um problema a nível do som.

Também queria dizer que o Senhor Presidente está a recuperar bem, muito mais devagar do que todos nós desejaríamos, desejaria que ele já estivesse aqui connosco, e apesar de gostar muito de estar com ele, não tem sido fácil, para todos nós, como devem calcular, mas de dia para dia, está a recuperar bem e esperemos, que durante o mês de janeiro, volte a estar connosco.

Também dizer-vos que convidei o Dr. Nelson para estar aqui ao meu lado na mesa, para alguma situação que eu não esteja tão à vontade, fundamentalmente em termos técnicos, para me ajudar.

Dar-vos conta de duas ou três situações, penso que é meu dever fazer-lo, nomeadamente informar-vos sobre a situação da Covid no nosso concelho, não sei se todos recebem a informação diária, mas, fundamentalmente uma situação recente que tivemos nos Andreus, penso que é meu dever informar-vos daquilo que se está a passar.

Em primeiro lugar, na situação atual, à data de hoje, recebido esta tarde, nós temos 11 vigilâncias ativas, e 21 casos positivos, queria dizer-vos o seguinte, em conversas que tive com a saúde, no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil esta semana, foi assumido pela saúde, este gráfico de barras, que diz os casos que houveram desde o início, e os recuperados, representam a diferença, essa diferença, a saúde não está a conseguir estar online com esses valores, portanto, ao dia de hoje, não temos 21 positivos no nosso concelho, certamente que temos menos, houve uma altura que estavam 18 e na verdade estavam só 7, ao dia de hoje, não sei quantos são, mas garantidamente 21 não são. Outra informação que vos queria dar sobre a Covid é que nem todos sabíamos, eu próprio não sabia, que sempre que temos um caso, como foi o caso de Andreus, como se trata de uma casa onde as pessoas residem, alias, chama-se residentes, aqueles números, contam para o concelho onde eles estão, não para os concelhos onde é a sua morada, isto é uma situação nova, daí aquele aumento que tivemos a partir de determinada altura, e que teve a ver precisamente com a situação de Andreus.

Dizer-vos então, que a situação de Andreus está bem, podemos dizer que tivemos aqui um pequeno milagre ou muita sorte, tivemos uma casa com 14 idosos, descobriu-se que o vírus estava naquela casa por mero acaso, numa ida ao hospital por motivos que não tinham nada a ver com a Covid e depois descobriu-se que haviam 12 casos positivos, mais a proprietária e a empregada, que ainda hoje não sei se testou positivo, porque como não é do nosso concelho, e foi para casa. O que é facto é que as pessoas estão todas assintomáticas, foi opção seguir as pessoas, quer pela segurança social, quer pela saúde, diariamente, e mantê-las lá, porque as coisas estão mais ou menos bem, quando a saúde assim considera, e as pessoas mantêm-se onde estão, havendo capacidade para isolar aqueles que estão negativos, que era o caso, se as pessoas estiverem menos bem e tiverem de ir para o hospital, vão para o hospital, mas se estiverem menos bem, mas a casa tiver condições para permanecer, vão para as chamadas estruturas de retaguarda, que no caso do nosso distrito é em Fátima, felizmente acionamos tudo isso mas não foi necessário, a partir de determinada altura, eu eventualmente por estar a sentir o peso nos ombros, de ser o responsável pela Proteção Civil em funções, apercebi-me que todo este acompanhamento, até por nós era feito diário e sempre com a proprietária e, portanto,

senti necessidade de reunir extraordinariamente com a comissão restrita e propor, felizmente por todos aceite, uma visita à casa para verificarmos in loco se as coisas estavam a correr bem, felizmente essa visita foi efetuada por nós, Proteção Civil Municipal, pela saúde e pela segurança social e estava tudo bem, a proprietária um bocadinho cansada fisicamente, porque tratar de 12 pessoas que têm muita autonomia porque se não tivessem era humanamente impossível porque as pessoas que la residem têm bastante autonomia à exceção de uma e portanto, a segurança social ativou uma brigada de intervenção rápida, que depois quando foi para acionar, analisou a situação novamente e verificou-se que já não era necessário. A situação neste momento, está tudo bem, não vos sei dizer se já houve testagem para confirmar se estão positivos ou negativos, as coisas estão confinadas aquele espaço.

Ainda sobre a Covid, só dizer-vos que a informação que é importante os senhores deputados saberem, até ao momento a Câmara Municipal, entre despesas que tivemos próprias para nós, Câmara, entre os apoios que demos ao comercio, entre as receitas que deixamos de ter pela Covid, estamos a falar de cerca de 160 mil euros.

Também dizer-vos que está em curso, é visível e todos sabíamos que está em curso a transferência da escola, é um processo um pouco turbulento porque o tempo é curto e há muitas entidades envolvidas, desde a Câmara, ao empreiteiro, a escola, entidades externas como o Ministério da Educação, EDP, Tejo Ambiente , uma data de situações que fazem com que seja um processo com um caminho dinâmico, mas esta a correr bem e segunda feira que vem, havemos de ter os nossos alunos a ter aulas e a tomar as refeições nas instalações da nova escola.

Só para terminar, queria-vos falar de duas obras que vão começar muito proximamente, Cabeça das Mós vai começar dia 4 de janeiro e que o talude também, no mês de janeiro, porque está concluído finalmente o processo com todos os proprietários.

Relativamente às questões da Senhora deputada Joana Ramos, sobre o comercio local, a nosso iniciativa de facto, teve uma receção muito boa, de tal forma que tivemos de mandar fazer mais bilhetes daqueles que damos para 10 euros de compras, por duas vezes, neste momento já fizemos cerca de 13 mil, ainda tiveram de se mandar fazer mais , portanto esta a ser uma iniciativa por todos bem acolhida e acho que temos aqui a prova de que foi um êxito e temos, parece-me, condições para concluir que é uma experiencia a repetir.

Relativamente ao orçamento participativo, foram 7 as propostas que nos chegaram, sendo que duas delas são iguais, para o mesmo objeto e para a mesma terra, posso enumera-los,

tenho aqui a lista, e estamos a falar num leque diversificado de projetos, neste momento mos projetos, foram pedidos esclarecimentos, e dentro em breve vai ser posta a votação. Os projetos são eles, a construção de uma casa de banho publica na aldeia de Venda Nova, este foi aquele que teve duas propostas iguais, de duas pessoas diferentes, um no âmbito da estrada nacional 2 , um caminho de memórias, um mural na freguesia de Santiago de Montalegre, uma terceira, uma ação que tem por base a intervenção assistida por animais, quer por crianças quer por outras pessoas com alguma dificuldade, o quarto, foi a colocação de um proteção no parque de merendas no Ribeiro Barato e para que crianças e animais não possam vir para a via publica naquela zona mais a norte do parque , o quinto, a criação de um festival na Vila de Sardoal, nomeadamente na zona histórica, com pequenos palcos, com artesanato à mistura, é um projeto um pouco diferente dos restantes, um sexto, melhoria no jardim da tapada da torre, o projeto envolve a colocação de um quiosque para dar a explorar ocasionalmente e a colocação de um parque infantil naquele espaço.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo “Em primeiro lugar as minhas palavras são dirigidas ao Presidente Miguel Borges, que passou por uma situação de saúde muito complicada e que também envolveu o seu agregado familiar, felizmente com muito menos gravidade. Apesar de todas as diferenças politicas que possamos ter ideológicas ou outras, nestas ocasiões, acho que está sempre em primeiro plano, o homem, o cidadão e o seu bem-estar físico e psíquico, espero que se restabeleça em pleno e que possa retomar a sua atividade o mais rapidamente possível, e em meu nome desejar-lhe boas melhoras, e que a sua recuperação seja total.

Depois uma palavra de solidariedade dirigida a outro presidente, neste caso, de Abrantes, Manuel Valamatos e o seu executivo e funcionária que foram alvos de ameaças, agressões que não são próprias de um estado de direito e dizer ao senhor Presidente da Assembleia, vou-lhe fazer chegar um voto de repúdio em nome dos deputados municipais do PS de Sardoal.

A minha primeira intervenção de hoje é dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente desejava muito que este mandato não terminasse sem a possibilidade de os munícipes que estão nas suas casas tivessem a possibilidade de assistir em direto numa plataforma online às nossas Assembleias, eu propunha que se analise também a possibilidade de colocarem as questões através de e-mail, os eleitores no concelho e só esses, para serem respondidas nesta Assembleia, depois, o que eu apelava era que as respostas se cinjam unicamente às questões colocadas, uma atenção

redobrada por parte da mesa , apelando a alguma capacidade de síntese e estabelecendo um determinado tempo por cada questão. Eu acho que esse rigor e esse critério aplicado seria certamente um passo de aproximação com a nossa população e uma forma de colocar os munícipes, todos eles a participar, porque aquilo que nós vemos, é que muitos dos assuntos que aqui se analisam, se debatem, são dados a conhecer muitas vezes, ora na perspectiva dos partidos, através das paginas oficiais e das particulares, ou da comunicação social ou então muito mais tarde, através das nossas atas da Assembleia, eu acho que as novas tecnologias servem para informar e devemos aproveitá-las e isto também para que a população saiba o que se passa nas suas freguesias e no nosso concelho.

Os restantes assuntos que tenho para dirigir serão para o executivo municipal, neste caso para o Senhor Vice-Presidente.

Eu gostaria de propor que fossem criadas condições para quem nos visita, que tivesse a possibilidade de conhecer mais do nosso património, eu acho que deveria analisar-se com o gabinete de turismo, um roteiro com visitas guiadas e reservar-se por exemplo, um dia específico ou dois dias específicos do mês para se efetuar essas visitas.

Venho sugerir também que se analise a possibilidade de se construir um abrigo temporário para animais no nosso concelho, não falo de um canil que já existe em Abrantes, Constância e Sardoal, não, muitas vezes os animais estão perdidos, são identificados pela população, a própria notícia é divulgada no faceou, Instagram etc., e quando os proprietários os vem procurar, já não se encontram nas zonas onde foram referenciados, isto é muito importante e já me chegou muitas indicações sobre isto.

Congratular-me também pelos projetos previstos já para o próximo ano, como é o caso dos arruamentos de Cabeça das Mós, Entrevinhas, na Tapada da Torre, os passeios no Parque Empresarial, os passeios no Vale da Carreira, mas, em sentido contrario, o aumento da dívida bancária.

Hoje, verifica-se que entre o 31 do 12 do ano passado e 31 do 10 deste ano, aumentou cerca de 418 mil euros para a execução destes projetos, e para a execução destes projetos temos de recorrer novamente à banca, neste caso vamos contratar um empréstimo, salvo erro de 590 mil euros, isto que nos consome só em juros e comissões mais de 50 mil euros.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, peço que olhem para estes assuntos e que possamos encontrar uma solução adequada a estas preocupações." -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo “Em relação às questões colocadas à mesa, concordo em absoluto, já tinha inclusive falado com algumas pessoas, acerca da possibilidade de transmitirmos as nossas assembleias em streaming, uma situação que vejo com muito bons olhos e acho que só vai dignificar a Assembleia e aproximar-nos das pessoas e, no fundo, é isso que todos nós queremos, gostaríamos de ver sempre mais pessoas nas Assembleias Municipais, nesta altura é impossível e não é de todo desejável, e de facto vamos começar a olvidar esforços para conseguirmos chegar a essa situação de transmitir as Assembleias Municipais em streaming e eventualmente, não sei qual é a ideia da Câmara acerca das reuniões de Câmara, mas sei que todos os municípios o fazem, eu na minha opinião também veria isso com bons olhos, hoje em dia, como costuma dizer-se, se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé e nós temos de nos aproximar e sabemos que a melhor forma de nos aproximarmos das pessoas é essa.” -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara referindo “Relativamente à proposta de fazermos um roteiro com o nosso património, nós temos vários folhetos com o nosso património, estou convencido que pode ser melhorado, mas estou convencido que temos a informação necessária, mas, se tiver alguma coisa mais concreta e que depois possamos falar, inclusivamente sobre isso, nós, na minha opinião, parece-me que temos todos os folhetos necessários, mas estamos sempre prontos a melhorar e se for esse o caso, faremos chegar algum caso em concreto.

Relativamente à questão das visitas ao património, tem toda a razão, estamos a trabalhar nesse sentido, inclusivamente o que estamos a pensar é, porque o património, por acaso, aquele que eventualmente tinha mais interesse, não é nosso, é da igreja e da Santa Casa e portanto precisa de uma coordenação de esforços, mas estamos a trabalhar para que, pelo menos, porque isto não é fácil termos sempre o património aberto ao público por questões de segurança, e por disponibilidade de pessoas, dos proprietários desse património, para estar sempre la alguém mas, estamos a trabalhar, já fizemos algumas reuniões para que possamos fazer umas visitas pré definidas, ou seja, isto não quer dizer que vá ser assim, é um exemplo, a pessoa chega ao posto de turismo e no posto de turismo tem la escrito que existem visitas guiadas às 11 e às 3 da tarde, por exemplo e das 11 ao meio dia e meio o posto de turismo está fechado, porque essa pessoas está a fazer esse roteiro. Eu chego ao Sardoal, são 10 da manhã, sei que às 11:00 tenho um guia para ir comigo, ou então chego ao meio-dia e meio, já acabou, mas sei que as três tenho outra visita. Este é um formato que nós queremos que se vá concretizar a breve prazo porque

sentimos essa necessidade, porque é um dos nossos trunfos que temos a nível turístico, e que depois, quando chegam cá as pessoas, não tanto, não saberem onde é que estão, nós temos informação em papel para que as pessoas possam e, temos a nossa aplicação também, possam ir a esse património, mas, de facto muito dele está de portas fechadas, aí sim, temos um passo a dar e por isso é que temos parceiros, temos de trabalhar com os parceiros para que seja uma realidade, mas sim, é verdade, concordo em absoluto consigo na necessidade de termos guias para acompanhar os visitantes.

Relativamente ao aumento da dívida, estamos a falar naquele período de outubro, isto refere-se a 30 de outubro, e portanto, é uma situação pontual, tem muito que ver com o final do mês de outubro, houve dois autos de muito elevado valor, da escola, cerca de 600 mil euros, cujas faturas apareceram naquela altura, passamos a ter dívida, uma vez que as faturas não estavam pagas e também Santiago de Montalegre, se não me falha a memória, foi nesta altura que apareceram os autos também, ao dia de hoje, isto não tem este valor, aumentou a dívida relativamente aquilo que tínhamos e não do ano passado.” --

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente que referiu “*As rápidas melhoras ao Presidente Miguel Borges e que regresse rápido as suas funções.*

Estes tempos difíceis que se está a viver no nosso país e no mundo, nós não estávamos preparados e que a vacina que começou a ser administrada nos traga novamente a esperança de melhores dias e que consigamos vencer esta pandemia.

Queria dar os meus parabéns à DGS, ao governo, à ministra Marta Temido pelo que está a desenvolver no plano de vacinação. Será bom lembrar que até à bem pouco tempo a oposição a este governo fazia passar a ideia a todos os órgãos da comunicação social que o nosso país seria o único da europa que não tinha plano de vacinação, ora, aí esta o desmentido, por isso os meus parabéns, ao governo e a todos os profissionais de saúde que trabalham, nesta área.

A pergunta que eu tenho ao Senhor Vice-Presidente é a seguinte, há cerca de um ano, numa reunião de Câmara, um munícipe solicitou a ajuda do executivo para que interviesse na solução de um diferendo relativamente a uma passagem que tem acesso à sua residência, na rua da Lameira, nos Valhascos, até esta data a Junta de Freguesia e a Autarquia, para que essa senhora que tem quase 90 anos possa viver em paz, porque está constantemente a ser agredida e ofendida e já agora quero informar que recentemente um familiar dessa senhora foi alvo de ameaças de morte, proibido de a visitar e teve de ser chamada a patrulha da GNR para que interviesse, a minha pergunta é simples, está aqui

também o Presidente da Junta de freguesia e a Câmara, têm ou não têm obrigação moral de tentar ajudar a resolver o diferendo antes que haja feridos e mortos naquele caminho."

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente que respondeu "Relativamente a essa situação, eu posso estar enganado, mas penso que não, nesse dia, nessa reunião o senhor disse que ajudaria nisso, fazendo chegar essa situação por escrito, à Câmara e, até hoje, ela não chegou, mas, não sei se frisei o suficiente, trata-se de um conflito entre privados, sobre uma passagem privada.

Há aqui duas questões, uma legal, de competência legal e uma questão moral, o Senhor pergunta pela questão moral, parece-me que estamos todos esclarecidos, porque legalmente a Câmara está impedida de se intrometer nestes assuntos, porque, e isto é uma opinião muito pessoal, nós por vezes, nós temos de ser seres humanos, mas, há uma linha que separa onde é que nós nos devemos colocar, onde é que nós nos devemos meter, intrometer, até, nalguns casos, e onde é que nós não nos devemos intrometer.

Se me disser assim, por uma questão de proximidade, se calhar a Junta de Freguesia, eventualmente a Câmara Municipal, por ser um município pequeno, poderá ir falar com as pessoas, eu pessoalmente, não conheço nem uma nem outra, que credibilidade tenho eu, é só pelo facto de ser vereador na Câmara?, mais, nós temos um gabinete de ação social que fará esse trabalho com certeza, e ajudará as pessoas com certeza. Esta questão de falar em deveres morais é muito complicado, sinceramente e, falo pessoalmente e pela Câmara, não é justo, o senhor trouxe uma Senhora à reunião de Câmara, ajudou-a a explicar a situação, e nesse dia ficou combinado para que essa situação chegasse à Câmara, até agora não chegou. Depois de chegar, ela será analisada, porque nós não podemos viver só com a questão moral, isto tem de ser muito bem analisado porque nós ao nos metermos em assuntos entre privados, podemos incorrer em situações que não é para isso que a Câmara existe, nós estamos aqui para defender os interesses do Sardoal, nós temos de ter moral, ajudar, mas cuidado, porque há coisas que só a GNR, só os Tribunais podem decidir.

Todas as situações, podemos ajudar, mas cuidado, não é pelo facto de uma pessoa vir a uma reunião de Câmara apresentar isto, porque eu tenho montes de situações que me põem ao fim de semana, as coisas têm de ter o mínimo de formalismo para depois ser analisado, não é a nossa opinião pessoal que conta. Eu sugiro-lhe, se essa situação ainda se mantem, parece-me que se agravou, se precisar da nossa ajuda, nos faça chegar por escrito para ser analisado dentro das nossas possibilidades legais e de recursos que temos, nomeadamente recursos humanos." -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “*Aproveito para cumprimentar de forma especial o nosso Presidente Miguel Borges, desejando-lhe também, como todos os outros, umas rápidas melhoras, e que rapidamente se possa juntar a nós, neste trabalho que é de todos.*

Tenho duas questões para colocar ao Vice-Presidente e uma nota, e começo com esta nota, tem um pouco que ver com os documentos e as propostas que chegam para reunião de Câmara Municipal. Nos últimos meses tenho acompanhado com os nossos Vereadores do Partido Socialista alguma da documentação que é enviada para a reunião de Câmara e aquilo que eu constatei é que, em muitos casos os documentos emanados pelos serviços, informações, os documentos de suporte, mas, achava eu, e isto já aconteceu nom passado, que alguém, o Presidente ou agora o Vice-Presidente, ou pelo menos, quem está a governar, deveria de apresentar à Câmara Municipal, para reunião de Câmara, uma proposta para ser discutida e, aquilo que tem acontecido, é que, os documentos, as informações dos serviços, seguem para reunião de Câmara, sem que aparentemente haja uma proposta.

Ora, nós estamos todos na politica e a politica tem riscos e tem algumas obrigações e uma delas é de facto, assumir algumas responsabilidades, não estou com isto a dizer que, quem está no poder ou a governar, esteja a fugir às responsabilidades, de forma nenhuma, mas acho que deveria complementar os documentos, quando as informações dos serviços chegam, deveriam de complementar com a proposta que tem a fazer e depois enviar para a Câmara Municipal, e para a reunião da Câmara Municipal.

Relativamente às questões, a primeira questão tem a ver com o PDM, saber qual o ponto da situação atual em que estamos, já há muitos meses que não falamos neste assunto e a segunda questão, tem que ver com a escola, as obras da escola, foi presente à última reunião de Câmara, uma prorrogação do prazo para conclusão da obra, na ordem dos nove meses, gostava que o Senhor Vice-Presidente nos explicasse exatamente qual o motivo, porque estamos a falar de, se não me falha a memória de cerca de 25% a mais do prazo.” -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo “*Sobre a questão dos documentos, nós dizemos a proposta na reunião, mas vamos analisar essa situação, e ver a sua pertinência, podemos sempre melhorar.*

Relativamente ao PDM, estamos a concluir a revisão do regulamento, estamos a aguardar já há algum tempo a resposta da RAN e da REN, depois de fazermos a revisão da proposta de regulamento, feita pela empresa, depois de vindas estas respostas da RAN e da REN,

temos condições para enviar o plano para a CCDR, temos aqui um atraso de cerca de dois meses relativamente ao nosso planeamento. esperemos que agora consigamos recuperar, para que as coisas corram como nós temos planeado, mal venha a resposta da RAN e da REN, nós já temos também a parte do regulamento revista e depois temos condições para enviar para as entidades que se vão pronunciar que são muitas.

Relativamente à escola, há um desfasamento temporal que não agrada a ninguém, os motivos são um conjunto deles, um deles, foi erros de projeto que se detetaram na obra. que foi necessário refazer ao nível do projetista e que demorou algum tempo, houve também a questão da Covid, houve muitas restrições em termos do numero de pessoas em obra, quer do empreiteiro, quer dos subempreiteiros, que também influenciaram e de que maneira. o desenvolvimento dos trabalhos, houve muitos equipamentos que vieram do exterior e houve muitos atrasos ao nível desses equipamentos, a questão da Covid. em termos de mão de obra, sentiu-se muito e tinha muito a ver, não só com pessoas em obra, mas fundamentalmente com o seu transporte para a obra, houve também algumas sugestões de alteração de materiais da parte do empreiteiro, ao nível do projeto elétrico e estas coisas não aconteceram todas ao mesmo tempo, infelizmente no final resultaram nesta derrapagem que não é agradável para ninguém." -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos, que referiu "*Deus queira que daqui a um ano nós possamos já ter tido algumas sessões em streaming, e que de facto elas sejam mais participadas, porque a nossa concorrência principalmente nas camadas jovens é bastante grande e iria tornar estas sessões bastante mais interessantes, bastamente mais praticas, e mais apelativas, isso é uma responsabilidade de todos nós.*

Relativamente à intervenção do Senhor deputado Rui Valente, que eu desconhecia e teve eventualmente a sua pertinência, eu queria congratular o Senhor Vice-Presidente Jorge Gaspar, pela forma como respondeu a esta questão, porque eu entendo que nós somos cidadão, eleitos locais, as pessoas confiam em nós, e porventura confundem e, nós podemos confundir exatamente qual é o nosso papel, e eu achei muito importante o esclarecimento que fez o Senhor Vice-Presidente relativamente à moral e as questões locais, e penso que nunca é demais reforçar a fronteira entre as duas coisas, independentemente de todos nós querermos ajudar, qualquer situação que se venha revelar trágica ou drástica, mas eu acho que esta ressalva é importante." -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente referindo, "*Ficou aqui no ar na resposta do Senhor Vice-Presidente que eu é que estou em falta porque o executivo da camara, eu quero esclarecer o seguinte, eu confirmo o que o senhor Vice-Presidente disse, pediu para*

apresentar o assunto por escrito e isso eu transmiti à senhora e à sua família, eu fiz aquilo que me competia fazer, a pergunta que eu faço é a seguinte, mas em relação ao assunto em causa, se estivesse por escrito, o executivo agia e se for só em palavras não é porquê, eu quero dizer que quando a patrulha da GNR se deslocou ali, perguntou à senhora se a pseudo dona daquele terreno colocasse uma corrente naquele caminho por onde é que a senhora entrava, a senhora disse, que a Câmara Municipal abrisse o caminho que existia há 60 anos atrás, há 60 anos que aquele caminho não existe então e se a senhora la colocar uma corrente e tapar o caminho àquela senhora e aos familiares que a vão lá visitar, por onde é que ela passa?, salta a corrente, e aí a camara não tem de atuar, é a pergunta que eu deixo, porque aqui fica no ar, que a senhora tem outra alternativa que não seja aquela, não tem, e mais, naquele caminho e naquele lugar passa o abastecimento de água àquela residência, há 40 anos que passa ali, e que a Câmara Municipal vai la colocar a água naquele caminho, por isso a responsabilidade, eu também acho que sim que é dos tribunais. Mas alguma vez a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, juntaram as pessoas e tentaram o dialogo com elas, se calhar, se juntassem as famílias, aquilo já se tinha resolvido, mas não, o problema é que se empurra este assunto com a barriga e vamos deixando andar até acontecer algo que depois, bom espero que não.” -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo “*Para que fique claro, o que o Senhor disse no dia, foi que iria ajudar a família a colocar o problema por escrito, não se comprometeu o senhor a fazer por escrito.*

Esse assunto é exclusivamente de privados, ponto, e, diferendos entre privados são resolvidos com as autoridades, ponto.

O Senhor pergunta se a Câmara só resolve as coisas por escrito, quer a minha opinião, eu não tenho que me recordar das coisas, as coisas são por escrito porque, primeiro, quem apresenta por escrito fica com uma prova que apresentou por escrito, o que é ótimo para si, para a pessoa, e depois nós, Câmara, ficamos comprometidos porque temos de responder. É assim, que as coisas se fazem e, não é pelo facto de não ter posto as coisas por escrito que isto não está resolvido, isso lhe garanto, agora, eu não posso pedir um parecer, ou emitir um parecer sobre uma coisa que me disseram e que eu posso não ter apanhado como deve ser, a pessoa pode ter-se explicado mal, eu posso ter interpretado mal, isto não é assim, perdoem-me, mas na minha opinião, isto não pode funcionar assim, e que fique bem claro, situações como esta, dos Valhascos, existem dezenas no nosso concelho, nós temos situações de pessoas que andaram a tiro, agora, nós temos de resolver estas situações?, claro que não, se é uma situação que a pessoa esta debilitada,

por qualquer motivo, qualquer situação em que a pessoa não consegue defender-se ou não tem família na retaguarda, pois, aí estamos lá, e devemos todos contribuir para isso, desde a junta, até os vizinhos, para alertar.

O Senhor pode continuar com a sua opinião, mas isto não é um assunto para a Câmara Municipal resolver, ponto final, só se a pessoa tiver dificuldades em apresentar essa situação no meio próprio.

E mais, se a Câmara se meter em, demasia em situações que não são da sua competência corremos o risco de infringirmos a lei e é preciso nós, todos nós, deputados, vereadores, nós não somos pessoas quaisquer, nós somos funcionários públicos, servimos o público e a nossa opinião não é como outro contribuinte qualquer, nós temos responsabilidades enquanto trabalhadores nesta casa e temos que dar respostas e, quando não sabemos, não inventamos, e temos de saber até onde é que vai as nossas responsabilidades, temos de ter a noção de quais é que são as responsabilidades da Câmara, e quais é que são as responsabilidades dos privados e temos de contribuir para isso, esclarecer as pessoas para isso.

Faça-me esse favor, esclarecer essa senhora, nós ajudaremos na medida em que ela não seja capaz de resolver o problema com a sua família.

Se ela não conseguir, fazer queixa à GNR, que o deve fazer e por escrito, se formos nós a fazer a queixa por escrito à GNR tem um peso completamente diferente, fica lá escrito aquilo que eu quero que fique escrito.

Pode discordar da minha opinião, é livre para o fazer, mas veja até onde vai a sua opinião e até onde é que pode estar a enganar as pessoas sem querer." -----

Ordem de Trabalhos

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo "*Na informação não vou acrescentar muito mais, é aquilo que está, resume toda a atividade que temos feito, tentamos colocar aqui tudo aquilo que fazemos para conhecimento dos senhores deputados daquilo que se faz a nível das diferentes frentes que temos, e portanto, estou á disposição para qualquer dúvida, porque não vou estar a repetir tudo o que aqui esta escrito.*" -----

Tomo a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo "*A minha única questão tem que ver com o mapa que o Senhor Presidente da junta de freguesia, Miguel Alves falou, e que tem que ver com as dividas, o quadro compara 31 de agosto, com 31 de dezembro de 2019, quando era suposto termos recebido o quadro com uma data de dezembro de 2020.*"

Interveio o Senhor Vice-Presidente da Câmara dizendo “*Peço desculpa de interromper, mas há um erro, eu não disse, pela desculpa por isso, quarto quadro, onde se diz, 31 do 8, é 31 do 10, é outubro, peço desculpa.*” -----

Continuou o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo “*Mesmo assim, era suposto que a informação estivesse atualizada a mais recentemente, não teria de ser necessário à data de ontem, mas pelo menos há uma semana atras e não a três meses atras, porque isto, essa informação que nos esta a ser enviada, para todos os efeitos e, como o Senhor já disse à pouco, na primeira intervenção, por ventura já não esta correta, 148 mil euros, estão lá de dívida acrescida, até já estão pagos seguramente. Ou seja, esta informação não nos chegou de forma correta, solicitamos, como é obvio, que seja corrigida e distribuída aos senhores deputados com a brevidade possível.*” -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que “O IVA de outubro, nós temos de lançar as faturas até 10 de dezembro, daí que, só a partir dessa altura é que poderíamos fazer este mapa, porque na verdade estamos a falar dois meses depois, é um facto, mas tem a ver com isto.” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2. Homologação do Tribunal de Contas à Prestação de Contas de 2016;

Interveio o Senhor Vice-Presidente da Câmara referindo “*Relativamente a esta situação é para informar a Assembleia desta homologação, das contas de 2016.*

As contas foram homologadas, não estando, no entanto, perfeitas, ou havendo aqui oportunidades de melhoria que o tribunal detetou.

Na verdade, não foram uma novidade, porque foram pedidos esclarecimentos e foram feitos esses esclarecimentos, e veio aqui algumas recomendações que nós sabendo de antemão que é verdade que não somos perfeitos, trabalhamos para atingir cada vez mais e para fazer melhor, mas tínhamos a noção desta situação.

Relativamente à primeira recomendação, tem a ver com alteração do antigo POC para o atual, que faz com que as normas de controlo interno tenham de ser adaptadas, digamos que é a parte mais fácil da questão.

De resto, são situações que o tribunal aponta, nós tínhamos noção delas e, que estamos a trabalhar para que elas melhorem, mas não foram suficientes para que o Tribunal não homologasse.

Também só referir que nesta apreciação do Tribunal de Contas, não sei se tiveram oportunidade, com certeza que sim, de ler o documento, isto é feito, apesar de ser de 2016,

fazem sempre uma análise dos anos seguintes, 17, 18 e 19 e também aí podemos ver que já melhoramos nalgumas situações.” -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “*De facto, estas notas do Tribunal de Contas não são novidade, porque em 2017 quando estas contas foram aprovadas em Assembleia Municipal, também já em anos anteriores, o Partido Socialista, pelos seus deputados fez menção, exatamente a estes pontos, prazos médios de pagamento, resultados operacionais negativos, desequilíbrio orçamental, e o que é certo é que, por vários anos os deputados do PS foram quase vaiados na Assembleia Municipal porque estariam a dizer um grande disparate, prova-se hoje que afinal a nossa análise não era assim tao descabida e portanto é altura de alguns senhores deputados do Partido Social Democrata que ainda hoje estão na Assembleia, se retratarem dos comentários que fizeram na altura porque de facto em boa hora veio uma entidade que acho que todos temos por credível confirmar aquilo que já tinha sido dito.*

Alguns, de facto, houve melhorias, noutros as melhorias são tipo io-io, uns anos melhoram outros anos pioram e, portanto, é o que temos a dizer sobre esta informação e consideramo-nos informados.” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3. Proposta de Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo “*O regulamento tal como penso que já tínhamos falido anteriormente, foram detetadas algumas fragilidades, e entendeu-se que seria melhor elaborar um novo regulamento, é apenas isso, melhorar aquilo que existia, e tem de se ter o mesmo procedimento como se de um novo regulamento se tratasse, fundamentalmente tem a ver com os critérios de haver mais pragmatismo nos critérios de avaliação, fundamentalmente, era uma fragilidade, nós na altura baseamo-nos muito no regulamento nacional e noutros e agora que já temos alguma experiência, está na altura de juntar numa oportunidade todas as melhorias que temos noção e, que temos de fazer e, esperemos que agora fique, nada é perfeito, mas que fique muito melhor que o anterior.” -----*

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “*Uma pequena nota muito breve, tem a ver com um erro ortográfico, na alinea b) do nro.1, do artigo 8, na página 4, está atinja com g, seguramente era com jota que queriam escrever, só para de facto deixar este alerta para que se melhore, de resto parece-nos bem.” -----*

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos para dizer que “*Era importante que todas as pessoas percebessem, quem está na reunião, e com certeza que percebem e*

eventualmente o público futuro, que estes documentos, há de facto documentos gerais que os guiam e nós podemos sempre de facto melhorá-los. Congratulo-me pelo facto de este executivo ter chegado a um patamar de entendimento comum, porque esta questão das bolsas é particularmente importante para o nosso concelho.” -----

Considerando a alínea g) do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar, aprovar o Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de Estudo. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

4. Tarifário para 2021 – Tejo Ambiente;

Tomou a palavra o Senhor Vice Presidente referindo “É para informação, temos perante nós as tarifas que foram aprovadas para o ano de 2021, tarifas essas que se bem nos recordamos, o compromisso que havia e há, de não haver aumento para além da inflação, acontece que estes aumentos que aqui temos tem só a ver com o grande aumento que houve, porque 3% é muito, da água e do saneamento em alta, é também ao nível dos resíduos por via não só da taxa de gestão de resíduos que passou de 11 para 22 por tonelada, mas não só por isso, os próprios preços da água, e do saneamento, em alta, aumentaram muito e isso tem necessariamente de se refletir na tarifa.

A premissa que existia e continua a existir, de só aumentar o valor da inflação, cumprindo-se todas as outras premissas que dão origem ao bolo da tarifa. É claro que e isto agora é uma opinião pessoal, a Tejo Ambiente tem um ano e, a partir de agora, nós todos, agregados temos um peso completamente diferente para enfrentar, quer perante a ERSAR, para não permitir eventualmente estes aumentos em alta, desta maneira, quer perante a negociação com as entidades em alta, porque uma coisa é estar o município do Sardoal ou da Barquinha ou Ferreira do Zêzere, municípios pequenos, a negociar, outra coisa é os seis municípios negociarem com estas entidades e portanto, não tenho dúvidas nenhuma que nós, dentro de dois, três anos, vamos sentir e bem, o peso que tem uma empresa deste tamanho, que é nossa, dos seis municípios, perante as entidades em alta, cujo dialogo era praticamente inútil entre os municípios sozinhos e essas entidades.” -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo “A nossa primeira nota era de facto que quando votamos a adesão, digamos, a este projeto, um dos critérios que de facto nos foi dito, foi de facto que os preços não iriam aumentar além da inflação e estamos aqui perante um tarifário ou uma proposta de tarifário, que já esta validada, já esta decidido,

portanto, somos só informados, estamos perante um tarifário que de facto tem alguns problemas e se o senhor Presidente permitir eu vou partilhar um documento ou dois que explica.

Este tarifário esta construído da mesma forma do que esta atualmente em vigor, e tem um problema grave já de raiz, que é, a Tejo Ambiente, com este tarifário, não pode cobrar a agua entre 5 e 6 metros cúbicos, entre 15 e 16, porque não tem preço definido para este metro cubico. No caso das pessoas que estão ligadas a mim, eu vou, nos próximos dias preparar a documentação e pedir nomeadamente aos familiares que façam uma exposição à Tejo Ambiente para devolver a água que foi cobrada nestes escalões, porque os escalões não podem ser interrompidos, como está aqui feito, a água é contínua, entre os 5 mil litros e os 6 mil litros, há mil litros de água que desta forma, a Tejo Ambiente não pode cobrar. A primeira questão tem a ver com isto.

A segunda questão tem a ver com a forma de calculo utilizada para calcular esta atualização nalguns dos critérios, nomeadamente nestes que têm a ver com a evolução do preço da água em alta, a Tejo Ambiente usou como ano base, ou ano zero, 2018, quando, acho eu, devia ter utilizado o ano 2019, e isto faz toda a diferença.

Por outro lado, temos aqui outro problema que tem a ver com o índice amortizado pelo consumidor que é aquilo que nos dá a variação de preços, portanto, a inflação, no preço da variação da água em alta, os preços utilizados são 2018 e 2020, quando deveria ter sido 2019, isto faz uma grande diferença.

A outra questão tem a ver com o índice de preços analisado do consumidor que dá a variação dos preços em geral, a inflação e como podem ver está 1.008 porque foi contado 0,8 acréscimo de preços, ora este valor é completamente falso.

Aquilo que eu queria dizer, no Banco de Portugal, o valor que está atualmente, o índice de preços, harmonizado ao consumidor em 2019, é menos 0.4, mas vamos até admitir que eles, quando fizeram, não tinham os dados de novembro, em outubro era menos 0.6 e em setembro era menos 0.8 e, em agosto era menos 0.2, ou seja, em meu entender, há aqui mais um erro crasso, que foi utilizar informação errada. Se formos ver ao Instituto Nacional de Estatística, os dados não são muito diferentes, continuam até negativos, em novembro era 0.2, mas de qualquer forma em nenhum deles tem 0.8%, aliás, estão todos muito longe disso.

Do meu ponto de vista e da análise que eu tive o cuidado de fazer, isto leva a que o preço que devia ter aumentado 0,7%, aumentou este valor que estamos aqui hoje a tomar conhecimento, que é uma exorbitância, eu peço que o Senhor Vice-Presidente ou a

Câmara Municipal, faça chegar se assim o entender, estas notas à Tejo Ambiente, através dos meios que dispõe, afinal o município é acionista e terei todo o prazer, se for necessário, um dia deslocar-me à Câmara Municipal para com o Senhor Vice-Presidente ou com alguém, podermos analisar este documento e expormos melhor a situação."-----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos para referir "A água está neste momento cotada em bolsa de forma mais expressiva do que alguma vez esteve e, portanto, é valiosa.

Querida dizer ao Senhor deputado Adérito Garcia que o trabalho dele de facto, foi um grande trabalho, um trabalho ao qual nós não nos demos, e que é uma pessoa dedicada nesse aspeto e descobriu aí uma falha, uma variável que é continua e é importante fazer essa análise e ia perguntar se a fez antes da ultima Assembleia Intermunicipal, porque esta é uma empresa intermunicipal, não somos só nós que estamos nesta situação e, isto não é de todo da responsabilidade do executivo municipal, portanto, acho que é uma questão de todos nós e, que com a devida ajuda, e com o seu trabalho, podemos levar muito mais longe e sermos até aqueles que deram conta desse erro técnico grosseiro." ----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo "Eu estou completamente no tapete, ia aceitar a sua sugestão, se pudesse passar cá, porque, temos duas hipóteses, ou nos faz chegar isso, ou passa por cá e nós avaliamos isso, porque isso é importante. A empresa é nossa e nós temos de cuidar da correção porque, vamos dar o benefício da dúvida, é claro, mas se isso é assim, nós temos rapidamente de fazer chegar isso, à Tejo Ambiente, pedia-lhe era que, logo no início do ano, logo que possível, nos pudéssemos juntar, gostaria muito que pudesse ajudar nesse aspeto." -----

Interveio o Senhor deputado Paulo Pedro referindo "Em relação ao tarifário que o Senhor Adérito Garcia estava a falar, sobre o 5 e o 6, eu queria explicar que deve estar bem, porque ao se ler os metros, é cubico, não é por litros, ou seja, quando nós vamos contar um contador o quinto metro, tenha cem, duzentos, ou trezentos litros, não contam, é o quinto, só quando passar para o sexto é que passa para outro metro a seguir, por isso, todos os tarifários é sempre assim, é o cinco, zero, cinco e depois, de 6 a 10, ou de 6 a 15, acho que está bem, mas podem confirmar, mas é assim que é feito, qualquer contador lê o metro cubico, nem aparece na fatura os litros." -----

Refere o Senhor Vice-Presidente "Só lê números inteiros, não lê a parte decimal." -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo "Eu depois entrarei em contacto para agendarmos e o Senhor Vice-Presidente fará estar presente quem entender, eventualmente até antes do final do ano.

Em resposta à explicação do Senhor deputado Paulo Pedro, a questão não se coloca na leitura, se tem 5 ou 6, a questão coloca-se se tem 7 ou 8, como é que se calcula o tarifário, como é que se calcula o consumo da água, porque até 5m, pelo tarifário, é claro que tem preço, e depois é claro que dos 6 para a frente tem outro preço, mas entre os 5 e os 6 há um metro cúbico, devia de ser faturado, como está não pode ser faturado. Esta é uma discussão como a que já tivemos no passado, sobre a questão da derrama dos 150 mil euros, a questão é que, a numeração, digamos que é contínua, e, como está feito o tarifário, o metro cúbico, entre o quinto e o sexto, não pode ser faturado, e isto tem impacto no consumo da água, na fatura da água, nos resíduos urbanos que são calculados sobre o consumo da água e é por isso é que o tarifário não pode ser feito desta maneira. Tem de ser até 5 metros, de 5 a 8 ou 9, de 9 a 15, não pode haver buracos entre os números.

Tomou a palavra o Senhor deputado Paulo Pedro referindo "Quando introduzimos os tarifários nas aplicações, temos de dar um preço, tem de se fazer um intervalo de 0 a 5 e ele assume entre esses 0 a 5, um valor, por exemplo o ultimo da Tejo Ambiente é 0,5,1, e depois de 0 a 15 temos de dar um outro intervalo, a seguir pra outra linha, um outro valor, as aplicações estão preparadas para que dentro desse espaço, é aquele valor em cada metro cubico, quando passar para o sexto ele vai para outro intervalo, e vai buscar o valor que esta adstrito a outro metro cubico, por isso é que isto é feito ao metro cubico. Podemos estar aqui a fazer confusão por causa dos litros, aos 600 ou 900 litros, mas é contado ao metro cubico." -----

Tomou a lavra o Senhor deputado Rui Valente que referiu "Eu só queria dizer que tenho duas faturas, um consumo de água em Cascais e um consumo de agua no Sardoal e é caricato, porque o consumo de água em Cascais, a tarifa é mais barata do que no Sardoal"

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos para dizer "Tenho aqui uma fatura à minha frente, então o que eu devo subentender é que 4,2 metros cúbicos, é cobrado dentro da margem dos 4, ou seja, não me contam aqueles 0,2, é isso? Acho que esta questão merece ser aprofundada, independentemente de quem a levantou." -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo "Eu penso que este assunto está um pouco esgotado e para responder ao Senhor deputado Rui Valente, vamos comparar Sardoal com Cascais e só há uma coisa semelhante, que é a área, provavelmente, porque senão temos de falar em IMIS e muitas outras coisas, mas a questão que eu queria fundamentalmente chamar aqui a atenção é que, temos uma entidade chamada ERSAR, entidade reguladora que impede que se pratiquem tarifas que não sejam justificadas , a

tarifa, infelizmente para todos nós, era bom que o estado subsidiasse, a lei determina e é regulado pela ERSAR, que nós tenhamos que pagar aquilo que custa a água a chegar a nossa casa, todos somos de opinião que isto não devia ser assim, devia ser como a eletricidade o kilowatt/ hora é pago, tanto em Cascais como no Sardoal, mas infelizmente não é assim. A água, o saneamento e os resíduos, a lei determina que o consumidor tem de pagar todos os custos que custa a água a vir da fonte à sua torneira. Não é difícil explicar que em Cascais, cem metros dão para abastecer, se calhar cem famílias e se for no Codes, dá para uma família, parece-me que isto não é muito difícil. Todos os contributos são necessários, mas se vamos estar a comparar Cascais com Sardoal, então vamos comparar em tudo inclusivamente nas taxas. Pode haver aqui gralhas, pode haver justificações que nós precisamos, mas não me parece que seja por aí o caminho." -----

Considerando a alínea a), do nro.2, do artigo 25º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Tarifário para 2021, da empresa Tejo Ambiente, E.I.M.,S.A..-----

5. Orçamento e Plano de atividades para 2021 – Tejo Ambiente;

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia que referiu *“Gostava de chamar a atenção sobre os pressupostos que estão na base do orçamento da Tejo Ambiente, e no documento dos pressupostos, temos lá o consumo de água que foi usado como base para que eles construíssem o seu orçamento, para saberem onde vão buscar as suas verbas e o que se pode ver neste documento e em termos de abastecimento de água, de abastecimento público, no Sardoal, estamos em 358 mil metros cúbicos de água, quando vamos comparar com o número de contadores no concelho, e são cerca de 2680, registamos um consumo médio, por mês, de cada agregado, superior a 11 metros cúbicos, isto deixa-nos aqui algumas dúvidas, porque nós sabemos que a nossa população é envelhecida tem hábitos de consumo de água bem diferenciados das camadas mais jovens, em termos de banhos, por exemplo, se compararmos, muitos de nós se calhar nas nossas casas temos 5,6 banhos por dia e com os mais idosos isso não acontece, isto leva-me à conclusão que este pressuposto está exagerado e, não sei até que ponto de alguma forma nos município, entenda-se, Câmara Municipal e consumidores, estamos obrigados a consumir, não, porque se não gastarmos, não pagamos, mas a pagar este valor, porque me parece francamente exagerado, eu com uma família de 4 pessoa, não gasto estes metros cúbico por mês e considero-me um consumidor médio em termos de água, e custa-me a acreditar que estes valores estejam ajustados. Portanto, deixo esta nota ao Senhor Vice-Presidente.*

Outra questão, que tem que ver com as águas pluviais, tenho ideia que ainda temos algumas águas pluviais encaminhadas para os coletores de esgotos e no fim são tratados como esgotos tratados, sendo que deveriam ter um encaminhamento diferente porque em princípio não necessitam do mesmo tratamento, gostava que o Senhor Vice-Presidente nos explicasse se há alguma ideia de resolver esse problema, porque isso vai pesar a todos." -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que *"Certamente que esta questão é com base em consumos anteriores, dados pela Câmara Municipal, a análise que faço é que estes metros são aqueles que saem na saída do depósito em alta, pela contagem da alta, ou seja, estima-se que cerca de 30% sejam perdas, uma das prioridades e que muitas vezes vai levar a que os munícipes questionem que investimentos são estes, vai ser ao nível das perdas com sistemas de controlo para deteção de perdas, portanto, isto é valores em alta, na verdade, temos de tirar pelo menos 30% a este valor, os pressupostos que temos aqui têm de ser baseados em estatísticas e sempre que se fazem contas é baseado naquilo que se passou em períodos homólogos no passado.*

Relativamente às águas pluviais, é verdade que alguns esgotos estão ligados, acontece fundamentalmente na zona histórica, é também uma das prioridades da Tejo Ambiente, porque também entra no espírito da perda, nas aldeias também acontece, é um problema de facto e, face aos investimentos que a resolução destes problemas acarreta a Tejo Ambiente, se calhar daqui a 4 ou 5 anos, estamos aqui a dar graças a Deus termos aderido à Tejo Ambiente para além daquilo que sabemos das vantagens atualmente.

Mas vou fazer chegar essa preocupação e como chegaram a estes valores." -----

Considerando a alínea a), do nro.2, do artigo 25º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, bem como, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Orçamento e Plano de Atividades para 2021, da empresa Tejo Ambiente, E.I.M.,S.A.-----

6. Revisão Orçamental;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que *"Estamos a chegar ao final do ano e para que a execução seja aquela que todos desejamos há necessidade de reajustar as rubricas para que o dinheiro que está nas rubricas em demasia possa compensar aquelas que faltam, portanto, é um procedimento técnico para que cheguemos ao final do ano com uma execução melhor." -----*

Considerando a alínea a), do nro. 1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a Revisão Orçamental. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

7. Informação sobre a situação económica e financeira semestral – 2020;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que “*Temos as contas para apreciar do primeiro semestre e só veio agora porque tem a ver com a alteração que houve a nível do POC, tem outras regras e levou mais tempo a fazer este documento.*”

A análise das contas é feita de forma isenta pela empresa dos revisores oficiais de contas que fez este documento e o que está nas conclusões e o que nos deve preocupar mais, quando não é bom, o que queria salientar é que não tínhamos dívidas em atraso a fornecedores e, quando se diz aqui que a execução orçamental fica aquém, claro que sim, mas também me parece que qualquer análise, sei no dia 1 de janeiro quanto dinheiro tenho para gastar até dezembro, e é fácil gerir, quando a dúvida impera nas receitas, em situação de pandemia já por si a situação não é como nós não sabemos as receitas que vamos ter, fundamentalmente as receitas, é a maior dúvida até ao final do ano, faz-se sempre uma organização mais prudente e para o final do ano as coisas são sempre diferentes. Esta execução eu não valorizo muito, deve-se ter em atenção, mas importa é sim, no final do ano, é sempre no final do ano que nós temos mais conhecimento da situação real mas também tomamos algumas decisões com mais impacto no orçamento.”

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia “*Os pontos que gostaríamos de realçar, era de facto a baixa execução, na informação é referido um alargamento do prazo médio de pagamento a fornecedores, também fala numa diminuição de liquidez geral, quer dizer que a junho haveria menos disponível para fazer face a despesas e fala também do aumento da dívida a fornecedores. É claro que de junho para cá já muita coisa mudou.”*

Tomou a palavra o Senhora deputada Joana Ramos referindo que “*Há aqui uma situação que o Senhor Vice-Presidente explicou muito bem, nós sabemos, a alteração do POC e esta situação pandémica, que não podemos ignorar e somos completamente alheios, não há aqui dúvida nenhuma sobre isso.*” -----

Considerando a alínea d) do nro.2 do artigo 77º, da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro e o disposto na alínea i) do nro. 2 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, aprovado por maioria, com 11 votos a favor (PSD) e seis

abstenções (PS) a informação sobre a situação económica e financeira semestral da Autarquia, remetida pelo auditor externo. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

8. Proposta - Grandes Opções do Plano 2021-2025 e de Orçamento 2021;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que *“Sobre o documento, não vou estar aqui a fazer uma leitura exaustiva, tivemos o cuidado de colocar a bold o que considerávamos mais importante, dizer que há uma novidade neste documento, estamos quase a ter uma visão estratégica, é um pouco diferente de estarmos a falar só para 2021, daí falarmos em tanta coisas é óbvio que depois nas grandes opções do plano as coisas estão mais esmiuçadas para o próximo ano, mas, só deixar bem claro, estamos a falar para os próximos 5 anos.*

Apenas dizer que não andamos aqui há dois dias, começamo-nos a aperceber que há investimentos que fazemos a todos os níveis, social, educação de infraestruturas que têm apoios comunitários, alguns deles, nomeadamente no âmbito da cultura, a 100%, para alguns deles, aqueles que custam mais dinheiro, por norma não existem fundos comunitários disponíveis e daí que tenhamos de olhar para o dinheiro que temos como se estivéssemos a gerir a nossa casa e, temos de ter a noção de que às vezes há um investimento que deveria ser feito já, por vezes temos informações e indicadores que dizem que vai haver um fundo comunitário daqui a uns tempos e então temos de aguardar esse tempo e confiar nestes indicadores que temos, e falo das conversas com o governo, conversas na comunidade, com a CCDR etc, que muitas das vezes a nossa vontade, a gestão daquilo que temos para fazer, é muito condicionada e, nós temos de a fazer com esse condicionamento dos fundos comunitários, temos de estar sempre atentos, ver aquilo que está previsto, olhar mais além, participar nas reuniões preparatórias, sabermos por exemplo o que está previsto para o plano de recuperação e resiliência, por exemplo, saber o que é que aí vem, para trabalharmos perante a situação porque há coisas que independentemente do Governo, seja A, B ou C, elas vão ter de acontecer naquelas áreas, não só em termos temporais mas também das escolhas que fazemos muitas vezes, nós temos de atender aos fundos comunitários, um município como o nosso que tem tão poucas receitas e tanta coisa para fazer e, portanto, deixando para fazer com os nossos fundos próprios recorrendo em grande medida à banca, aquelas obras que nós temos a certeza absoluta que não vai haver financiamento para elas, é esse

o racional que está por trás de todo este planeamento, claro que é um planeamento e, esta questão da pandemia, eu sou dos poucos que acredita que isto vai passar um pouco mais depressa do que dizem, não sei, mas ainda temos uma grande dúvida à frente que vai condicionar necessariamente." -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo "*Da análise que fizemos dos documentos, reparamos que muitos dos projetos, alguns nós já temos falado neles há algum tempo e nunca vieram incluídos nos documentos previsionais, alguns deles, não sei se por terem sido abordados nas redes sociais ou não, mas o que é certo é que afiguram.*

No âmbito do exercício do direito de oposição, o Partido Socialista recebeu estes documentos, e com os vereadores, fizemos uma análise prévia propusemos alguns projetos que nos pareciam importantes para a estratégia do concelho, e para garantir e aumentar o crescimento e o desenvolvimento da indústria e do comércio local, no entanto não foram atendidos, outros até para aumentar o potencial turístico do concelho, propusemos a realização de um estudo com vista a um melhor ordenamento e aproveitamento estratégico da floresta, no sentido de prestar este serviço à população, propusemos a criação de várias praias fluviais em zonas nas quais não existiam Etar's a fazer descargas a montante desses locais, na freguesia de Alcaravela, à saída da freguesia de Santiago de Montalegre, e também na freguesia de Sardoal, propusemos a criação de um parque de merendas na freguesia de Santiago de Montalegre, junto da grande rota da prata e do ouro, propusemos alguma obras, nomeadamente na estrada de ligação da nacional 358, propusemos a criação do parque empresarial do Sardoal, propusemos que fosse criado uma rubrica, uma verba, para fazer face á pandemia porque apesar de estarmos otimistas acreditamos que não vai terminar a 31 de dezembro, propusemos o reforço nas verbas para as juntas de freguesia e que de facto também não foi atendido, propusemos o alargamento das refeições gratuitas até ao secundário como acontece noutros municípios à nossa volta e propusemos ainda, o aumento dos vouchers para uso no comércio local no valor e na quantidade de vouchers a distribuir na páscoa e no natal, para incentivar de facto o comércio local. Nada destas nossas ideias foram atendidas.

Em termos financeiros e no que diz respeito aos mapas financeiros, verificamos que os problemas que vêm do passado persistem, nomeadamente, uma forte dependência de receitas da administração central, neste orçamento prevê-se uma dependência superior a 95% e por outro lado, quero dizer com isto, que a fatia disponível para o município fazer investimentos, é cada vez mais reduzida.

Em termos de despesas correntes há um acréscimo de custos na ordem dos 214 mil euros. Em termos de fornecimento de serviços externos, comunicações, despesas de funcionamento, prestadas de origem em terceiros como as comunicações, a energia, há um aumento de 500 mil euros e, mais grave do que isto, é o resultado operacional de 100 mil euros negativo, ou seja, estamos a incumprir uma das recomendações que nos foi feita pelo tribunal de Contas.

Achamos que este documento não serve os interesses do concelho, este orçamento não é o orçamento que o PS gostava de ver.” -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente da Câmara dizendo “Confesso que tenho alguma dificuldade em argumentar aquilo que não tem argumentação, mas também não posso deixar passar e parece-me que é injusto, não vou alimentar polémicas, mas sinto que não está a ser justo, quando não refere que propuseram e está cá, porque as propostas não foram só estas, as que eu considero propostas, para estarem no orçamento, porque outras, não parece que tenham de estar aqui refletidas, mas até estão, não de forma explícita. Eu contabilizei cerca de 24 e contabilizo apenas 10 que não estão cá.

Começando pela floresta, tal como acontece na parte da construção e noutras áreas existe uma carta que é a Carta de Ordenamento, que tem um documento próprio que não se pode contrariar e, se aquela planta de ordenamento disser que numa determinada zona não pode haver eucalipto não há estudo nenhum que eu possa fazer que me vá permitir ter eucalipto naquele sitio, há outras zonas do território, que essa carta impede que se façam culturas, por exemplo, que envolvam a remoção do terreno de x em x anos. Isto para dizer, nós podemos fazer algo na floresta ao nível do gabinete técnico florestal, podemos contribuir para ajudar os produtores a ter oportunidades de negocio, as ZIF aqui, são um instrumento que, que em termos de resposta é excelente. Do PDM vai resultar uma planta de ordenamento, é claro que vai haver locais onde eu posso, desde oliveira até pinheiro, videiras, e assim sim, podemos aconselhar, fazer ações de sensibilização ver o mercado como é que está, alertar para os fundos comunitários disponíveis para determinadas situações, outros até, fundos nacionais, aí sim, a Câmara através do gabinete técnico florestal deve dar esse apoio e estamos cá para o dar. Podemos encomendar um estudo, mas esse estudo não pode contrariar a planta de ordenamento que está no PDM.

Acerca de um ano para cá, há um fator importante na nossa floresta que, até aqui não havia ordenamento possível, o PDM tinha algumas regras, mas vinha à Câmara e a Câmara dava um parecer desfavorável e não sendo vinculativo, o nosso parecer nunca foi atendido muitas das vezes contrariando o PDM, as coisas acabavam por acontecer por

deferimento tácito e nós tínhamos que ir seguir essas plantações que não estavam bem, agora há uma realidade nova, o parecer da Câmara Municipal é vinculativo, parte deste ordenamento, existe um grande travão e, a Câmara tem muito por onde explorar.

A outra parte, é que para a rentabilidade da floresta, aí sim devemos dar esse apoio e temo-lo feito em várias circunstâncias, várias ações que fizemos.

Temos o Plano de Ordenamento, temos a planta e depois sim, podemos dar o apoio aos produtores.

Relativamente às praias fluviais, plural, dinheiro, convergimos, em todos termos gosto em ter uma praia fluvial no concelho, nós temos outra opção e, enquanto ela não for esgotada, depois se calhar podemos ir para essa opção, enquanto esta situação que temos com as águas de vale do tejo não for resolvida, aquela barragem tem de ter um destino e estou a referir-me à Lapa, a montante, por motivos técnicos não pode ser a jusante, se a barragem vier para nós, é ali que defendemos a construção de uma praia fluvial com valências completamente distintas do que se for uma praia fluvial só para tomar banho numa das ribeiras, e só depois de esgotada esta possibilidade, nós que estamos aqui neste momento avançaremos para outra.

Parque de merendas de Santiago de Montalegre, não é justo, na medida em que nós explicamos que aquilo que estamos a defender para o Centro de Férias do Codes inclui no seu exterior um pequeno parque de merendas, mas não é só, queremos dar ao Centro de Férias Codes outra vida no âmbito da Nacional 2, explorar aquilo que tem, muito ao nível do património daquela freguesia e no logradouro aproveitar para fazer um pequeno parque de merendas para servir a tal grande rota de Vila de Rei, não só essa mas também quem faz a Nacional 2 e também a parte museológica, do património, para quem anda a pé.

Relativamente ao Vale de Mu também tive a humildade de reconhecer que foi um esquecimento nosso, quando falamos em vias, aquela esta incluída, reconhecemos e foi um lapso nosso.

Relativamente ao alargamento do Parque Empresarial de Sardoal, está na nossa proposta, e todos reconhecemos que tem de haver o alargamento do parque empresarial de Sardoal, vai estar previsto no PDM como vão verificar, mas esta explícito no documento e não pode contar, tenham paciência, temos de ser justos.

Relativamente à Covid, o que se gasta na Covid tem várias rubricas não é só na rubrica A, B ou C, não é cem mil, já foi no passado, quase 160 mil e vamos ver quanto vai ser este ano, será o que for, gastamos aquilo que houver necessidade de gastar. É verdade, que de

março até agora muito aprendemos, em maio estávamos a desinfetar tudo o que era pra desinfetar ate que o pais chegou a uma conclusão, que não foi nossa, foi do país, da saúde e varias entidades, que a solução deste problema passa muito pela responsabilidade individual, nós não podemos só desinfetar a parede, temos é de dizer à pessoa para não meter a mão na parede. Há uma data de despesas que desde março ate agora o país aprendeu que umas eram necessárias, umas eram fundamentais e outras nem tanto, não estou a ver onde é que o nosso orçamento despeita a intenção dos senhores porque nós gastamos, só de março ate agora, 160 mil. Estamos cá para ser fiscalizados pelos senhores deputados, e se houver necessidades, no âmbito da Covid, não, não gastamos dinheiro nisso porque entendemos gastar noutro lado, aí sim, até lá, parece-me que não é justo que faça esta referência aqui.

Relativamente aos acordos de execução, como é um ponto da ordem de trabalhos, deixaria para essa altura.

Relativamente às refeições, o ponto zero da nossa analise não pode ser o ano 2020, tem de ser, o normal, é ninguém pagar refeições escolares, nós a partir de 2014, de comum acordo de todos, passamos a pagar ate ao 2º ciclo, neste momento, e portanto este não pode ser o ponto de partida, porque senão, ok, agora queremos ate ao 12º ano, claro, o céu é o limite, eu também gostava. Se calhar fazia a todos o desafio de olharem para os concelhos aqui à volta e somarmos quanto é que isto dá no final do mês, quantos é que têm apoio de refeições escolares como nós temos, e desde 2014, porque isto num município que dá ate ao 12º ano, então e desde 2014 ate agora, deu até quem, pergunto eu.

Vamos ser justos, nesse município quanto é que se paga de IMI, e pela água, temos de ver tudo aquilo que foi gasto desde 2014 nas refeições, e há poucos municípios no país que dão estes apoios como nós damos. O ponto zero não pode ser o quanto se gastou o ano passado e temos de dar mais este ano, claro que a Covid veio atrapalhar a vida de toda a gente, mas nós temos os nossos limites, nós podíamos ter apoiado o comércio e apoiámos, e as empresas e as instituições, as IPSS's e apoiado também os munícipes de uma forma geral, mas isto é uma balança, e temos de olhar e ver o que é que temos de deixar de fazer.

Não é fácil nós de repente levarmos com 100 mil euros da entrada do Sardoal e termos gastado 160 mil na Covid, este ano foi um ano horrível em termos de gestão diária ficaram "n" coisas por fazer, algumas ainda bem que ninguém notou.

Eu concordava com tudo, até concordava em pagar as refeições a toda gente do município, mas tem de haver um limite, temos de fazer opções.

Relativamente aos vouchers aqui temos uma meia discórdia, vamos analisar o que fizemos agora, o objetivo principal não era dar 300 euros aos munícipes, é que as pessoas vão ao comércio para tentarem ganhar 100 euros, é um incentivo, agora, se 3 vouchers vão fazer ir mais vezes ao comércio local, do que 10 vouchers, aceito que sim. Se chegarmos à conclusão depois desta campanha que fizemos no natal, que valeu a pena e se o maior êxito depender de dar, também não é por aí, não é por esse valor, parece é que, o que eu costumo dizer, um cêntimo é uma fortuna para esta casa, pelo menos para quem tem de a gerir todos os dias, se conseguirmos os objetivos quase integralmente sem aumentar a despesa é assim que teremos de fazer, mas se chegarmos à conclusão que aumentando um pouco mais o número de vouchers a procura do comércio local é maior estamos cá para o fazer.

Nós temos poucas receitas, isto é uma conta, há receitas e há despesas, todos gostaríamos de ter mais dinheiro, todos gostaríamos de gastar mais dinheiro em prol de nosso município e receitas, vamos fazê-las onde, vamos dar refeições grátis e vamos aumentar o IMI o que é que vamos fazer, onde é que as vamos buscar, esta é a nossa realidade.

De todas as propostas que os senhores fizeram, acho que deviam dizer que a parte inicial das propostas que os senhores propunham e com as quais nós concordamos porque nós parece que só discordamos, não, estão aqui muito mais propostas incluídas do que aquelas que não estão incluídas.-----

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos referindo "Se há situação que me incomoda a todos os níveis é a questão dos dois pesos e das duas medidas, à medida que fomos falando ao longo desta reunião há uma crítica enorme sobre os 95% de dependência das verbas do governo e poucas receitas próprias, e uma permanente reclamação sobre o que a Câmara ainda pode dar, e isto é uma discussão que tem havido sempre, acho que isto não é muito justo na medida em que temos a nossa própria casa, alguns de nós gere o nosso próprio emprego, e vou dar o meu exemplo pessoal, giro uma casa de comércio, que beneficiou amplamente de uma coisa que o senhor Vice-presidente não emancipou, que foi a isenção do pagamento da água, o que eu acho que é muitíssimo importante, tendo em conta que todos tentamos retomar a nossa atividade econômica e isso ainda não nos foi cobrado.

Há outra questão que gostaria de ser assim mais rigorosa que é a questão das florestas que para o PS de Sardoal é uma questão puramente política, porque eu não ouço o PS Sardoal a intervir em termos de CIMT sobre esta matéria, porque mesmo quando falamos sozinhos numa Assembleia de 13 municípios em que poderemos ser porventura

desprezados ou pouco ouvidos, devemos falar, quando perdemos oportunidades destas, para vir depois um passo abaixo, não supra municipal, mas municipal, propondo estudos que custam dinheiro, pronto, acho que me fiz entender." -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente referindo "*Eu ouvi com atenção o que disse o Senhor Vice-Presidente e está a esquecer-se que vai haver eleições em outubro do próximo ano, e analisando esses documentos dá para entender que essas eleições não foram esquecidas, muitas das obras previstas neste orçamento já deviam ter sido orçamentadas em anos anteriores e foram deixadas para o último ano isso é que eu gostava que me explicasse o porquê." -----*

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente respondendo que "*Se há coisas que eu não tenho jeito nenhum é para brincar a isto, e nunca brincarei aqui, e sinto isto como ninguém, porque estou aqui todos os dias, não sou melhor que ninguém mas sinto e não brinco com isto, o Senhor pode falar em campanha eleitoral, o que quiser, eu, Jorge Gaspar, não lhe respondo sequer a isso, a provocação destas eu não lhe respondo." -----*

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves dizendo "*Aqui também ninguém está a brincar Senhor Vice-Presidente, porque o exemplo que o meu colega Rui Valente deu, de Cascais, podia eu, dar de Loures, não está a dizer que é mais ou menos caro, o que ele disse é que de facto, em cascais que é o que ele conhece que havia uma diferença dos valores das águas, mas nós não vamos aqui comparar o incomparável, porque Cascais é muito diferente de Sardoal, em muita coisa, inclusive nas receitas, como bem disse, e tem outras coisas muito mais vantajosas também.*

Já se disse aqui, mas não é justo, mas não é justo o que, a nossa crítica?, nós não estamos aqui para apontar os erros?, não estamos aqui para escrutinar aquilo que os senhores estão a fazer?, não é esse o nosso papel? O papel da oposição não é fazer exatamente isto? é. Nós temos de dar também os nossos contributos, apontar o que está errado, nós temos outra visão, diferente, "este ano foi um ano horrível em termos financeiros", pois foi e então? mas foi horrível em termos financeiros para todas as Câmaras do país, vamos ser honestos, mais uma expressão sua, mas nós não somos honestos, senhor Vice-Presidente?, "temos de aumentar a receita à custa de quê?", à custa de uma nova estratégia, uma nova visão que até agora os senhores não têm demonstrado, infelizmente para mal dos meus pecados que moro cá há vinte e poucos anos.

Era isto que eu queria dizer, nós não somos menos honestos que os senhores, nós não andamos aqui a brincar e se o senhor está nesse lugar e poderia estar noutra, a opção é sua, senhor Vice-Presidente."

Interveio a senhora deputada Joana Ramos para dizer o seguinte "*Posso arriscar e dizer que nas Assembleias todas que eu estive, não me lembro de uma proposta que viesse ao encontro, da tão propalada aqui nesta reunião maneira de a autarquia fazer, realizar receitas próprias, e isso sim, seria de facto qualquer coisa de muito valioso porque ninguém tem o dom da criatividade econômica e ela é difícil nos tempos que correm, uma Câmara do interior e junta, está fortemente dependente dos apoios do governo central, mas é uma coisa que eu ainda tenho esperança de ver aqui, quer da nossa parte, quer da parte do PS, quer de uma parte conjunta, é ver aqui qualquer coisa que em parte realize em pleno uma receita e uma coisa diferente daquelas que estamos habituados, que realmente marque a diferença.*" -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente que referiu "*Senhor deputado Miguel Alves, eu disse que eu não estava a brincar, não disse que os senhores estavam a brincar.*

Peço desculpa se me excedi, ou se disse alguma coisa que eventualmente não me tenha feito entender, quando utilizei a palavra "vamos ser justos" referia-me eu, a menos que não tenha conseguido passar essa mensagem, aquelas propostas que estavam espelhados no orçamento e no plano de atividades e foi dito que não estavam. Os senhores estão sim, para nos fiscalizar, claro que sim, mas uma coisa é a crítica, concordemos nós com ela ou não, outra coisa é dizerem que uma coisa é assim e ela não é.

Relativamente à receita, até posso concordar que poderia haver outra estratégia, há uma há muitos anos atrás, agora somos nós que estamos aqui no terreno, eu desafio-vos, não tem de ser hoje, não tem de ser aqui, mas vamos pensar formas de arranjar receita para o nosso município." -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo "*Não quero entrar em diálogo, mas devo responder à Senhora deputada Joana Ramos, no que diz respeito às minhas intervenções na CIMT, eu faço-as quando as entender e sobre os assuntos que entender e não me sinto obrigado, em todas as reuniões fazer uma intervenção.*

Em relação à floresta eu nunca falei em eucalipto, aliás na minha opinião pessoal, eucalipto é para erradicar.

No que diz respeito às estratégias para ganharmos receita, nós temos falado disto imensas vezes e se nós analisarmos as receitas que a câmara tem de uma forma genérica, temos receitas de taxas, dos equipamentos, nomeadamente centro cultural, piscina e do género e depois tem , tinha antes dos produtos que vendia, nomeadamente a água, que está na Tejo Ambiente, e depois tem basicamente os impostos indiretos, seja a participação do IVA , seja parte do IRS, seja a parte da derrama, e, há quantos anos é que nós falamos da

ampliação da zona industrial, há quanto tempo é que nós falamos que é necessário fixar população.

Só para frisar dois pontos, eu pelo menos falo nisto há 20 anos, é óbvio que isto não é algo que é feito e começa imediatamente a gerar receitas, isto tem de ser feito com tempo e por isso é que nós dizemos e o senhor deputado Miguel Alves há pouco frisou isso, as opções estratégicas são de quem governa, deviam ter sido tomadas há 5, 10 anos se calhar até há 15, para que agora pudéssemos ter um pouco mais de folga e de receitas. Quem governou tomou as decisões conforme achou que era melhor na sua consciência, não estamos aqui a dizer que fez mal, o Partido Socialista teria tomado opções diferentes, não sabemos que resultados teriam, porque não tivemos oportunidade de as aplicar." -----

Declaração Voto PS

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos para dizer "Eu se calhar fui insidiosa, porventura não tinha intenção de o ser, mas é só porque, Senhor deputado Adérito Garcia, o que eu quis dizer, foi, se me permite, é que é uma pessoa tão interventiva, inclusive hoje já teve tantas intervenções de bastante valor que me estranha, eu acho que a gente também deve de ir para a CIMT para, essencialmente, ouvir, mas, não concebo essa atuação na CIMT quase permanentemente em silêncio, e eu não quis dizer com isto que o senhor quer ir para algum lado, ou chegar a algum lado, eu não tenho nenhuma experiencia, eu cheguei aqui ontem, mas isso também não impede de dar a minha opinião, com todo o respeito que lhe tenho e tenho." -----

A bancada parlamentar do Partido Socialista apresentou uma declaração de voto, cujo teor é o seguinte: -----

"DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmo. Sr. Presidente,

No âmbito da discussão e aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2021, mais uma vez, abrigo do exercício do Estatuto de Oposição, o Partido Socialista foi convidado, através dos Vereadores, a apresentar sugestões ou contributos para a proposta de Orçamento para o ano de 2021.

Na análise prévia realizada, demos conta de que da proposta constavam alguns projetos cuja prioridade se perdeu no tempo, amplamente abordados, mas que V.Exas. só agora entendem prioritários. A opção tomada por V. Exas. deixa dúvidas sobre a capacidade de execução de todos.

Casos como

· - Pavimentação e arruamentos de Cabeça das Mós;

- - Pavimentação e arruamentos de Entre-Vinhas;
- - Pavimentação e arruamentos de Andreus;
- - Pavimentação da Estrada de Valhascos;
- - Reabilitação do Largo Lobato Correia em Valhascos;
- - Arruamentos da Vila de Sardoal;
- - Reparação do talude da entrada sul da Vila;
- - Conclusão da pavimentação do Parque Empresarial de Sardoal;
- - Reparação / Pavimentação da ligação da Estrada Variante N 2 - Monte Cimeiro;
- - Reparação / Pavimentação da estrada Pisco-Arecês;
- - Requalificação dos Prédios da Tapada da Torres;
- - Construção de Wc's nos cemitérios de Andreus e Cabeça das Mós;
- - Requalificação dos Jardins e alegretes da na zona histórica e nos restantes espaços verdes da Vila, só para citar alguns.

No âmbito do exercício do Estatuto da Oposição, entendemos, e propusemos alguns projetos que consideramos importantes para uma estratégia de crescimento económico e de fixação de população, nomeadamente:

1) Contratação de um estudo técnico destinado à elaboração de uma carta estratégica de ordenamento, aproveitamento/rentabilização e incentivo aos proprietários relativamente à Floresta e aos espaços florestais do Concelho;

2) Estudo de viabilidade da criação de Praias Fluviais:

a) na Ribeira das Sarnadas, a jusante da Ponte do Vale Diogo, antes da confluência com a ribeira dos Panascos;

Grupo Municipal de Deputados
do Partido Socialista

b) na aldeia do Malhadal;

c) na aldeia de Andreus a montante do acesso à Capela da Senhora dos Barbilongos;(propôs-se a análise da criação destas Praias Fluviais nestes locais, em virtude de inexistirem ETARs a montante)

3) Criação de uma zona de de Lazer e parque de merendas na Freguesia de Santiago de Montalegre, incluído na Grande Rota da Prata e do Ouro;

4) Conclusão e pavimentação da Estrada do Val do Mu e ligação ao cruzamento da N358;

5) Ampliação do Parque Empresarial do Sardoal;

- 6) *Negociação da aquisição do Loteamento sito na localidade de Andreus, contíguo ao recinto de Festas da aldeia, por forma a disponibilizar à população aqueles lotes para construção a custos controlados e direcionados prioritariamente à fixação casais novos;*
- 7) *Criação de uma Rúbrica Orçamental para fazer face às contingências emergentes da pandemia COVID-19, de 100.000,00€;*
- 8) *Reforço das transferências das verbas para as Juntas de Freguesia em 20% atendendo à incapacidade do Município para o apoio na disponibilização de Maquinaria para a limpeza de caminhos;*
- 9) *Alargamento da gratuidade das refeições escolares até ao secundário;*
- 10) *Atribuição de 10 vouchers de 100€ para consumo do comércio local em dois momentos - Semana Santa e Natal;*
- 11) *Restituição da Festa da Flor;*
- 12) *Manutenção e reforço do Orçamento Participativo para uma verba de 20.000€.*

Como se pode verificar pelo documento discutido, a grande maioria destas nossas sugestões não foi acolhida.

Em termos financeiros, verifica-se mais uma vez um orçamento com problemas estruturais, nomeadamente no que se refere à receita, dependente da administração central em mais de 95%.

Por outro lado, após reservar a verba para os encargos assumidos e essenciais ao funcionamento da autarquia, sobra uma fatia cada vez menor para fazer face a investimentos

Mais em pormenor, de um orçamento real na ordem dos 6,4 Milhões de Euros, 3,8M são destinados às despesas com pessoal, cerca de 1,8M destinados à Aquisição de Bens e Grupo Municipal de Deputados do Partido Socialista

Serviços e cerca de 0,5M a encargos com a Banca (Juros + Amortizações), pelo que, assumidamente sobram cerca de 300.000€.

Mais uma vez não se vislumbram estratégias de redução de despesas de funcionamento ou de políticas que visem a fixação e captação de população, do desenvolvimento e crescimento económico a indústria e comércio local.

Assim, entendemos que estes documentos previsionais se baseiam mais no calendário político do que nas necessidades das populações, pelo que apresentamos o nosso voto contra as Grandes Opções do Plano e Balanço e Demonstração de Resultados, e abstenção no Mapa de Pessoal, para o ano de 2021.

Sardoal, 29 de Dezembro de 2020

P/ Os Deputados,

Adérito Garcia" -----

Considerando a alínea a), do nro. 1 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, com dez (10) votos a favor (PSD) e seis (6) votos contra (PS), aprovar as Opções do Plano para o período 2021-2025 e Orçamento para 2021, tendo deliberado ainda, por maioria, com dez (10) votos a favor (PSD) e (PS) aprovar as Demonstrações Financeiras Previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, bem como o Mapa de Pessoal para 2021. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

9. IMI – taxas a aplicar para o ano de 2020, a liquidar em 2021;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo “Aquilo que nós propomos é rigorosamente igual, ao que vinha do antecedente., quer para os prédios rústicos, quer para os prédios urbanos, que é o que está a bold no documento e portanto quer na redução para prédios arrendados, quer a majoração para os prédios urbanos degradados.” -----

Considerando o artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º e a alínea cc) do artigo 33º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar as seguintes taxas e respetivas majorações/ reduções para o ano de 2020, a liquidar em 2021, nomeadamente:

- Prédios rústicos: 0,8%
- Prédios urbanos: 0,325%
- Reduzir em 20% da taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados;
- Majorar em 20% a taxa a aplicar a prédios urbanos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
- Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido;

- A redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, que vigora no ano de 2021, aplicável ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar foi a prevista na tabela anterior, ou seja, 20€, 40€ e 70€ de acordo com o número de dependentes a cargo, 1, 2 e 3 ou mais respetivamente, com dezasseis (16) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

10. Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2021;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo "*Há uma alteração do que vinha do antecedente, neste momento estes direitos de passagem não se refletem no antecedente, na fatura e, portanto, nós achamos que só temos é de aplicar e, a nossa proposta é que seja o máximo, 0,25% dos direitos de passagem das telecomunicações.*" ----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia "*Esta questão é uma novidade que já acontecia o ano passado, no ano passado alertamos para esta situação, mas não foi atendida, mas ainda bem que este ano se concluiu desta forma, porque é mais uma taxa que o município vai receber, que não pode ser diretamente imputada aos consumidores neste caso, aos munícipes.*" -----

Considerando a alínea ccc) do nro 1 do art. 33 da Lei nro 75/ 2013 de 12 de setembro e da alínea d) do nro 1 do artigo 25º da mesma Lei, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar a aplicação da taxa municipal de direitos de passagem de 0,25%, para vigorar no ano de 2021. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

11. IRS – Participação Variável – 2021;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo "*A nossa proposta é manter o que vem do antecedente, ou seja, fixar a taxa de participação variável de IRS de 5%, para os rendimentos do ano de 2021.*" -----

Considerando o artigo 26º da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade fixar a taxa de participação variável no IRS de 5% para os rendimentos do ano de 2021. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

12. Derrama – a liquidar em 2021, referente a 2020;

Considerando a alínea d) do nro.1 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nro.4 do artigo 18º da Lei nro. 73/2013, de 03 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aplicar a taxa de 1,5% para as empresas com volume de negócios superior a 150 000 euros e não aplicar qualquer derrama para empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150 000 euros, por querer incentivar e apoiar a instalação de Pequenas e Médias empresas no Concelho e, pelo facto da percentagem mínima da taxa reduzida ser 0,1%. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

13. Adjudicação de empréstimo a curto prazo;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo *“Este empréstimo também já é recorrente, tem a ver com o apoio de tesouraria que nós necessitamos, fundamentalmente para suportar as despesas com obras de fundos comunitários, temos de primeiro pagar e só depois reembolsados, é um empréstimo de curto prazo, tem de ser pago durante o ano em que é feito, de janeiro, a dezembro.”* -----

Considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Banco Comercial Português (Millennium, BCP), para contratação de um empréstimo a curto prazo para o ano de 2021. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

14. Adjudicação de empréstimo a Médio Longo prazo;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo *“Neste caso temos dois em um, a autorização das obras em si, ponto número 1, e o ponto número dois, o empréstimo para lhes fazer face, são obras como aqui já foi dito várias vezes que são prioritárias, nós também as consideramos prioritárias e não havendo fundos comunitários, é um facto, para este tipo de obras, teremos de recorrer à banca.*

As obras são, pavimentação das ruas em Cabeça das Mós, arruamentos de Entrevinhas, passeios do Vale da Carreira, a Rua da Tapada da Torre, entenda-se ali entre o cruzamento dos bombeiros e a rua do Freião, em frente à escola, depois de a escola estar concluída, a conclusão da pavimentação e dos passeios do parque empresarial, e o parque de autocaravanas.” -----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves referindo “Iremos fazer chegar uma declaração de voto dos deputados do partido Socialista, com exceção do Senhor José Salgueiro que votou a favor.”

A bancada parlamentar do Partido Socialista apresentou uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmo. Sr. Presidente,

A contratação de endividamento bancário por um período de 20 anos deveria merecer uma análise cuidada quanto à opção de financiamento de determinados investimentos, em particular nos últimos meses do mandato autárquico, isto tendo em consideração o impacto que terá em onerar os futuros executivos e as gerações vindouras.

Ninguém do executivo, da vossa divisão financeira, do banco de Portugal, ou mesmo do Central pode garantir a que níveis estarão a Euribor a 12 meses daqui por exemplo a dois anos. Portanto considerar 57.694,25€ em juros e comissões para além de todos concordarmos ser uma verba elevadíssima, com comissões altíssimas, é de si utópico e é para já a melhor das hipóteses em termos de custos.

Por essa razão, estamos de acordo às melhorias que querem efectuar, e em que definiram como prioritárias, em que concordamos não só de agora, mas somos contra os moldes pretendidos na contratação deste empréstimo.

Um crédito a 20 anos, e que até engloba um parque de autocaravanas de 75 mil euros, que nos parece um valor exorbitante e que até há bem pouco tempo nos avançavam que existia uma candidatura, presumíamos nós a fundos comunitários, isto num final de mandato é como já dissemos, onerar os futuros executivos, bem como as gerações vindouras, por essa razão abtemo-nos à adjudicação deste empréstimo.

Sardoal, 26 de Dezembro de 2020.

Os Deputados,

Miguel Alves

Adérito Garcia

Rui Valente

Vitor Morais

Marta Gomes”

Considerando o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, autorizar a realização das obras mencionadas na informação n.º 5674/2020, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e, por maioria, com onze (11) votos a favor (PSD e José Salgueiro) e cinco (5) abstenções (PS), autorizar a contratação de um empréstimo de MLP até ao montante de 597 mil euros, nas condições constantes da proposta apresentada pelo Banco BPI, S.A, nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

15. Acordos de Execução com Juntas Freguesia;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo “*A nossa proposta para o ano 2021 é que se mantenham os valores de 2020 , aprovados no ano passado, apesar da inflação tudo apontar que vá ser uma deflação, propomos que se mantenha o mesmo valor de 2020, não considerando aquele acréscimo por causa do apoio no âmbito do Covid.*” -----

Considerando o artigo 133.º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, bem como a alínea k) do nro. 1, do artigo 25.º da mesma lei, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar os Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

16. Apoios no âmbito do Covid-19;

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo “*Relativamente a este assunto, temos aqui uma situação que tem a ver com o orçamento de estado que ainda não é uma realidade, mas conhecemos a proposta e nessa proposta, está previsto a possibilidade de os municípios fazerem este tipo de apoios e o que nós propomos é que, à condição de ser uma realidade no orçamento de estado essa possibilidade legal, nós continuarmos com estes apoios que temos dado, nomeadamente que eu falei e até agora custou 55 mil euros ao município, estou a falar da isenção das taxas do pagamento da água, resíduos e saneamento, bem como das taxas das esplanadas e o serviço de impressões na biblioteca. é continuar com estes apoios, para já eu diria que era até abril,*

em abril faremos um novo ponto da situação, para ver se há necessidade ou não de mantermos a estes apoios, uma vez que o futuro é incerto.” -----

Considerando o artigo 98º, da proposta de Orçamento de Estado para 2021 e caso a mesma se mantenha no documento, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com dezasseis (16) votos a favor, aprovar a concessão de apoios até 30 de abril de 2021, referentes à isenção de taxas e tarifas nos seguintes âmbitos:

- Ocupação de espaço público para esplanadas;
- Das tarifas (fixa e consumos) de água, saneamento e resíduos para os consumidores não-domésticos, designadamente Estabelecimentos comerciais, industriais e instituições beneficência – Associações;
- Para o serviço de impressões na Biblioteca. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo *“Não tem a ver com o assunto, é mais uma sugestão, eu sei que os serviços quando fazem as atas empenham-se ao máximo possível a fazer as atas da Assembleia Municipal, e agora com o software que utilizam, acaba por ser um processo ainda assim complicado, mas não deixava de sugerir que após a elaboração do texto, e estou a sugerir, porque não conheço de todo como é que se processa, mas acho que é importante que a ata pudesse ser lida por algumas pessoas antes de ser divulgada, isto porque na conversão do som em texto, por vezes há pequenas meias frases que têm de ser retiradas, que não estão lá a fazer nada, não retiram o sentido da intervenção das pessoas, mas acabam por dificultar o sentido do que está escrito, quando estamos a falar, nem sempre conseguimos falar como um professor que pensa as palavras e que diz tudo de forma sucinta.” -----*

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____